

**TERRITÓRIO DAS SECAS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: CLIMA,
IDENTIDADE E SOCIEDADE**

**DROUGHT TERRITORY OF THE BRAZILIAN SEMI-ARID: CLIMATE,
IDENTITY AND SOCIETY**

**TERRITORIO DE SEQUÍA DEL SEMIÁRIDO BRASILEÑO: CLIMA,
IDENTIDAD Y SOCIEDAD**

José Gomes Ferreira¹ <https://orcid.org/0000-0002-2539-1111>

RESUMO

O semiárido do Nordeste do Brasil é caracterizado pela ocorrência de secas severas com grande repercussão social, econômica e política, que influenciam as políticas de desenvolvimento e a resiliência face à atual crise climática. A região é conhecida por fortes laços culturais, que remetem não apenas para a ideia de Nordeste, mas igualmente de sertão e semiárido, três territórios que se cruzam e influenciam. A partir da transversalidade das secas nesta discussão, o artigo tem como objetivo analisar os fatores sociais e geográficos que marcam estes territórios e podem condicionar a concretização das políticas públicas. Para se cumprir os nossos objetivos procedemos a uma ampla revisão bibliográfica, pesquisa documental, recolha e análise de notícias de imprensa e realização de entrevistas.

Palavras-chave: Nordeste brasileiro. Semiárido. Secas. Identidade. Território.

ABSTRACT

The semi-arid region of north-eastern Brazil is characterised by severe droughts with major social, economic and political repercussions, which influence development policies and resilience to face the current climate crisis. The region is known for its strong cultural ties, which refer not only to the idea of the Northeast, but also backcountry and semiarid, three territories that intersect and influence each other. Based on the cross-cutting nature of droughts in this discussion, the article aims to analyse the social and geographical factors that mark these territories and limit the implementation of public policies. In order to fulfil our objectives, we carried out an extensive literature review, documentary research, collected and analysed press news and conducted interviews.

¹ Graduado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Portugal), mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação pelo mesmo Instituto. Possui doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Atualmente é professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba. Atua ainda como professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. E-mail: jose.ferreira@outlook.com

Keywords: Brazilian Northeast. Semi-arid. Droughts. Identity. Territory.

RESUMEN

La región semiárida del Nordeste de Brasil se caracteriza por la ocurrencia de severas sequías con grandes repercusiones sociales, económicas y políticas, que influyen en las políticas de desarrollo y resiliencia ante la actual crisis climática. La región es conocida por fuertes vínculos culturales, que remiten no sólo a la idea de Nordeste, sino también de travesía y semiárido, tres territorios que se entrecruzan y se influyen mutuamente. Partiendo del carácter transversal de las sequías en este debate, el artículo pretende analizar los factores sociales y geográficos que marcan estos territorios y pueden condicionar la aplicación de políticas públicas. Para cumplir nuestros objetivos, realizamos una amplia revisión bibliográfica, una investigación documental, recopilamos y analizamos noticias de prensa y realizamos entrevistas.

Palabras clave: Nordeste brasileño. Semi árido. Sequía. Identidad. Territorio.

INTRODUÇÃO

As secas no semiárido nordestino têm merecido sucessiva atenção de pesquisadores que analisam as várias dimensões do problema. De entre as abordagens, as análises têm destacado as políticas públicas e a dimensão técnica de resposta às secas (Dantas et al., 2018; Buriti; Barbosa, 2018), a história da região (Guerra, 1981; Macêdo, 2015), a riqueza do bioma caatinga (Cunha [1902] 2016); a problemática dos retirantes e em geral os processos migratórios a partir do Nordeste, bem como os estereótipos sobre os seus habitantes (Cândido, 2011; Rios, 2014; Ferreira; Paiva; De Mélo, 2020; Maciel, 2020); mas também os aspectos climáticos e os cenários futuros (Marengo *et al.*, 2020; Marengo *et al.*, 2022; Buriti; Barbosa, 2018).

O tema encontra ainda referências no debate sobre o modelo de desenvolvimento durante a colonização portuguesa, que no litoral privilegiou a produção de açúcar, remetendo para o interior a produção de gado, mineração e produção de algodão. Outra componente das análises sobre a região, que extravasa a temática da seca, mas que a ela se interliga, diz respeito a aspectos simbólicos, a processos de dominação, à influência do clima e do isolamento nas relações sociais. Estes são processos que encontramos ao falar em Nordeste, semiárido e sertão, e cujo efeito se interlaça nas questões socioambientais, no desenvolvimento econômico e nos traços da identidade regional,

repercutindo geralmente no acesso à água, terra e política (Albuquerque Junior, 2011; Facó, 1965; Menezes, 1970; Ferreira, 2022a).

A estes processos se interliga a questão hídrica, compondo igualmente parte da agenda de pesquisa no pressuposto imediato de que água e terra são elementos transformadores. Análise já clássicas criticavam a concentração de meios nas elites, designadamente, em termos de propriedade fundiária e relações de dominação sociopolítica (Callado, 1969; Furtado, 2005; Castro, 1984; Carvalho, 1998; Leal, 1975) e no favorecimento das políticas públicas, incluindo de resposta à seca, que em vez de favorecer a região, como analisa Furtado (2005), acaba por a deixar sem a mão-de-obra necessária à transformação econômica. A mesma discussão tem se alargado em anos recentes para a controvérsia com a construção de obras hídricas, em particular a transposição do São Francisco, assim como para o atraso na concretização das políticas de saneamento básico e a promoção de perímetros irrigados em uma região fortemente deficitária de água, paralelamente ao qual vários estados se especializam na produção de energia eólica nos seus territórios (Guimarães Junior, 2016; Ferreira, 2020).

Assim, tendo presente o que foi dito, é nosso objetivo trazer para a discussão possíveis fatores sociais que na região se repercutam na elaboração e implementação de políticas públicas de resposta à seca. Argumentamos que, não obstante o aparato tecnocrático-administrativo, bem como político e financeiro registra-se uma dificuldade crônica em reverter o impacto das secas junto das comunidades e nos processos produtivos, promovendo melhor qualidade de vida e o ambicionado desenvolvimento da região, o que se ficará a dever igualmente a fatores sociais que se repercutem na definição de prioridades e na implementação das políticas públicas.

Na concretização desses objetivos partimos do pressuposto que a análise histórica dos problemas se apresenta com potencial de aprendizagem social e com dispositivos de governança que podem ser replicados, ao se constituírem como lugar de saberes, experiências, crenças, traços de identidade e representações com potencial de inovação social e modernização das políticas públicas em outros contextos (Millner; Ollivier, 2016; Jacobi; Souza, 2021).

Para cumprir os nossos objetivos recorreremos à literatura que identifica as secas não apenas como climáticas e igualmente como secas sociais que vulnerabilizam mais os já desfavorecidos (Facó, 1965; Menezes, 1970; Albuquerque Júnior, 2011; Ferreira, 2022a). Além da revisão da literatura coletamos e analisamos notícias da mídia através da Biblioteca Nacional Digital. Neste percurso beneficiamos da organização de eventos

e projetos no âmbito do grupo de pesquisa SEMAPA - Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental, do Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NORDESTE FORMALIZADO E IDENTIFICADO

A região Nordeste é uma das cinco grandes regiões do Brasil, ocupando cerca de 1.6 milhões de km², com uma população de 54,6 milhões de habitantes. A região vinha sofrendo influência desde o início do processo de colonização, tanto nos aspectos de ocupação do território, como da prevalência das secas e das principais atividades socioeconômicas. Dela fazem parte os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Ainda que com menor utilização, podemos igualmente observar quatro sub-regiões. A subregião **meio-norte** é a faixa de transição entre a Amazônia. Na chamada **zona da Mata**, a diversidade climática contribuiu para a produção intensiva de cana-de-açúcar na faixa litorânea, como também a fruticultura irrigada atualmente tão característica. O **sertão** é a subregião com clima mais quente e seco, por isso mais exposto a secas severas. Na zona de fronteira entre o litoral e o sertão, o chamado **agreste** apresenta maior diversidade de paisagem e clima, com áreas de brejo e serras mais elevadas, apresentando temperaturas mais amenas e sendo menos afetado pela escassez de água.

Sobre as características do clima, vegetação, solo e paisagem, a pesquisa realizada por Jean Tricart (1959; [1959]2021) beneficiou do trabalho de importantes geógrafos brasileiros, vindo-os igualmente a influenciar, entre eles Aziz Nacib Ab'Saber. O geomorfologista francês propôs uma divisão morfoclimática do Nordeste ao constatar uma excepcional violência dos contrastes climáticos em pequenas distâncias. Segundo a sua análise, a partir da fachada Atlântica, em 200 kms passa-se do litoral para o interior atravessando a zona da mata, com floresta tropical úmida, para o agreste, com uma espécie de savana arbórea e, depois, para o sertão, que é sinônimo de secas e de caatinga,

Tricart distingue entre o que chama uma “região dos contatos brutais” e zonas de transição. Na **região de contatos brutais** identifica três zonas sucessivas partindo da costa:

Zona da Mata – É marcada pela sua densa cobertura vegetal, e por pluviosidade considerável e bem distribuída. A zona apresenta indícios de uma relativa permanência

das condições paleoclimáticas desde um passado remoto. Os solos são profundos com 20 ou mais metros. É uma zona de argilas lateríticas, vermelhas e amarelas, que influem sobre porosidade dos solos

Zona do Agreste – A mata dá lugar a uma savana do tipo "campo cerrado", com diminuição de pluviosidade. Os solos são geralmente de 1 a 3 m. de espessura. Reinam solos silicosos de cor acinzentada, muito arenosos e ricos em pequenos restos de minerais, fragmentos de quartzos filonianos, cristais de mica, de quartzo e certos feldspatos destacados da rocha mãe.

Sertão – Corresponde às partes centrais mais secas do Nordeste, com regime de chuvas muito irregulares. A vegetação xerófila é em grande parte endêmica e está adaptada à irregularidade das chuvas. Essa vegetação é a caatinga, composta por arbustos quase sempre espinhosos, de plantas suculentas e de gramíneas temporárias. Os rochedos perfuram a superfície do solo em numerosos pontos. As planícies onduladas são dominadas por colinas rochosas isoladas de formas abruptas. Em face das chuvas e do papel da cobertura vegetal Tricart (1959; [1959], 2021). identifica três zonas morfodinâmicas: uma zona de enxurrada quase total e imediata; uma zona de enxurradas difusas; e uma zona de concentração das enxurradas.

Tricart identifica duas **zonas de transição**:

Zona de transição do Piauí- Possui uma dinâmica diferente do sertão. Os cactos são muito raros, predominam os arbustos espinhosos, que podem ceder o lugar árvores que chegam a atingir 10 a 15 m de altura. As gramíneas temporárias são abundantes e cobrem cerca de 90 % do solo. Nesta zona desaparecem progressivamente as características da hidrogeologia semiárida, de tal modo que “O escoamento em lençol não funciona mais e as enxurradas ocorrem apenas em estado concentrado” (Tricart, [1959]2021, p.7).

Zona de transição da Mata de Cipó (Bahia) – A passagem entre o agreste e a mata caracteriza-se pela aparição de um tipo de vegetação original: a mata de cipó. É caracterizada pela sucessão alternada de períodos secos e úmidos no decurso do Quaternário, de tal forma que nos períodos úmidos cobriu-se de floresta, dando origem a solos profundos, mas nos períodos secos viu a espessura diminuir. Posteriormente, após um período seco, que limpou as vertentes, registrou-se um período úmido que permitiu à floresta reconquistar esta zona.

Em uma leitura simplificada, mas partindo igualmente das características naturais da região, Lacerda de Melo considerava em 1962 que o Nordeste é apenas um “vocábulo de sentido apenas posicional” (Melo, 1962, p.3), propondo uma divisão da região com base no clima, subdividindo em **Nordeste úmido** – na época, essencialmente canavieiro; **Nordeste semiúmido** – apresentando sistemas agrícolas diversificados e com uma diversidade de condições naturais; e **Nordeste seco** – marcado pela produção de gado e adaptação das lavouras e às condições naturais. Diferenciando ainda sertões hipoxerófitos de sertões hiperxerófitos de acordo com a cobertura vegetal predominante do bioma caatinga. Independentemente das classificações, o que não era brejo passou a designar-se sertão, por ser mais plano e pela presença do bioma caatinga. O mesmo acontece, com o semiárido.

A referência a essa diversidade cultural e geográfica vinha ocorrendo, mostrando que a região não é apenas um dispositivo estatístico, mas igualmente uma ancoragem simbólica dos valores de pertença e expressões culturais. Entre a segunda metade do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX, a seca assume um papel decisivo na identidade do Nordeste como região que se autonomiza do Norte e se diferencia da luta política e simbólica contra a centralidade do Sul. Para Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011) o Nordeste é filho das secas e de um conjunto de imagens associadas, afirma: “O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder” (Albuquerque Júnior, 2011: 33). A invenção do Nordeste começou por ser uma construção simbólica a que aderiram a literatura, a sociologia, a arte e diversos pensadores regionalistas e só depois a Geografia (Ferreira, 2022b).

Na literatura regionalista importa destacar obras como “O Cabeleira”, publicada em 1876 por Franklin Távora, que em 1862 havia publicado “Os índios de Jaguaribe”; “Iracema” de 1865 e “Os Sertanejos” de 1875, ambas de José de Alencar; a “História da Seca no Ceará, 1877-1880” publicada em 1884 por Rodolfo Teófilo, que em 1890 publicou A fome, considerado o primeiro grande romance que trata das secas no Nordeste e da varíola. Além de “Os sertões”, de Euclides da Cunha, não podemos esquecer “Os retirantes”, de José do Patrocínio, publicada em 1889, e do chamado Romance de 1930 lembramos “O Quinze”.

O romance de Rachel de Queiroz, de 1930, que narra a experiência vivida na sua infância durante a grande seca de 1915 no Ceará; e “Vidas Secas”, romance de

Graciliano Ramos, publicado em 1938, que narra o percurso de uma família nordestina afetada pela seca e pelas desigualdades sociais. Na literatura de viagens citem-se os exemplos de Henry Koster, que em 1816 publicou em língua inglesa o livro “Travels in Brazil”, publicado em 1942 em português; Maria Graham com “Diário de uma viagem ao Brasil”, publicado originalmente em 1821; e Daniel Parish Kidder, em particular em “Reminiscências de viagens e permanências no Brasil – Províncias do norte”, obra republicada em 2008.

Gilberto Freyre foi um dos grandes impulsionadores da ideia de Nordeste. Além da sua vasta obra (2013), as suas propostas de tradicional-regionalismo ganharam visibilidade nas páginas do Diário de Pernambuco, de 22 de abril de 1923 a 15 de abril de 1925, e no contexto da participação no Primeiro Congresso Brasileiro de regionalismo, realizado em Recife em 1926. Foi a partir de O Quinze que Rachel de Queiroz também interpretou a identidade nordestina como nordestinidade, uma interpretação que Albuquerque Junior (2011) não aceita por rejeitar todos os estereótipos, externos ou auto-assumidos do Nordeste.

Durante o Império e a Primeira República o Brasil continuava dividido em Norte e Sul, dividido pelo Rio São Francisco, por isso designado o rio da unidade nacional e mais tarde rio da integração nacional (Ferreira, 2020). Correia de Andrade (1963, p.35) chama a atenção para a dificuldade em traçar um mapa do Nordeste e para o caráter abrangente do significado da referência, afirmando que:

Na realidade, conforme o aspecto abordado e o ponto de vista em que se coloca o autor, o Nordeste é apontado ora como área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área de grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda per capita dos seus habitantes ou, netão, como a região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manuel Bandeira em seu poema Evocação do Recife (Andrade, 1963, p.35).

A formalização da região acontece somente a partir de 1941, no Governo Vargas, com a entrada em vigor da Divisão Regional do Brasil a ser usada pelo Conselho Nacional de Geografia. Na opinião de Andrade (1963 e 1993), essa divisão procurava diminuir o poder dos Estados formando unidades intermediárias, mas na prática serviu essencialmente para basear ações administrativas e estatísticas.

Inicialmente, procurava fazer coincidir os limites de cada estado unicamente como parte de uma região, buscando igualmente levar em conta as estruturas naturais. Temos, assim, que da formalização do mapa do Nordeste fazem inicialmente parte os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Os Estados de Sergipe e Bahia, separados pelo Rio São Francisco, integram o Leste. Apesar de oficial, essa divisão teve dificuldades em ser totalmente aceita.

Entretanto, em 1968 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) alterou a divisão das grandes regiões geográficas, integrando no Nordeste os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Território Federal de Fernando Noronha (extinto em 1988). Chegamos assim ao atual Nordeste, como unidade geográfica, com traços de identidade semelhantes, mas igualmente com grande diversidade, não admira que o mesmo Andrade (1963) o chame de território de contrastes.

Não foi apenas na divisão estatística que mereceu atenção do Governo Federal na década de 1940. No final da década o Governo assume como prioridade o desenvolvimento do Nordeste e a possibilidade de fixar os nordestinos na região. Durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra foram criadas a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a Comissão do Vale do São Francisco, atual Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), respectivamente em 1945 e 1948. E em 1952, no segundo governo de Getúlio Vargas, foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste.

Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), nomeando Celso Furtado para a coordenação. Em 1959, Kubitschek lançou a Operação Nordeste (OPENO) e criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), nomeando também Celso Furtado como Secretário Executivo. Também em 1959, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nomeando Celso Furtado para o cargo. O objetivo era reforçar a intervenção do Estado no Nordeste, promover e coordenar o desenvolvimento da região, dando prioridade ao planejamento e ao lançamento de uma base de industrialização. A SUDENE surgia também para dar resposta às inquietações de que o DNOCS era refém do latifúndio e dos coronéis, pelo que a SUDENE surgiu igualmente face à “ação coletiva, organizada, responsável e consciente, na busca de conseguir

decisões capazes de promover o desenvolvimento do Nordeste”, e “de uma série de movimentos políticos, sociais e da Igreja Católica nordestina” (Silva Filho, 2009: 8).

Do ponto de vista das políticas de desenvolvimento regional e apoio social, a transformação da região amplia-se nos anos seguintes através da aplicação de programas sociais, novas infraestruturas hídricas e tecnologias sociais de armazenamento de água. Programas como a Aposentadoria Rural e Garantia Safra, assim como a ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural, da agroecologia e agricultura familiar contribuíram para a melhoria das condições de vida do nordestino. Entretanto, a realização em 1992 de grandes debates internacionais sobre água e meio ambiente, com destaque para a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, realizada em Dublin, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, repercutiram-se sobre a política hídrica brasileira e sobre o semiárido. Passou-se de uma “política contra as secas” para uma “política de gestão das águas” (Macedo 2014: 400) e gradualmente para uma política de convivência com o semiárido.

Como parte desse processo ampliação de infraestruturas, em 1983, foi inaugurada no Rio Grande do Norte a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, levando à expansão da produção de fruticultura irrigada no Vale do Açu, razão pela qual o estado é o maior produtor de melão e melancia do Brasil. Em 2002 ficou concluído no Ceará o açude do Castanhão. Construído com o objetivo de abastecer Fortaleza e de promover o desenvolvimento do estado. Em 2017, a água da transposição chegou ao Eixo Leste, que inclui os estados de Pernambuco e da Paraíba. Em 2022 chegou ao Eixo Norte, ligado no Ceará ao Cinturão das Águas e no Rio Grande do Norte ligado ao rio Piranhas-Açu, seguindo para a barragem de Oiticica, que aguarda inauguração (Guimarães Junior, 2016; Ferreira, 2020).

À semelhança do observado em outros territórios do globo, o uso de tecnologias tradicionais e práticas agrícolas adaptadas ao semiárido, bem como as políticas e programas de convivência com a seca são fundamentais no enfrentamento da crise climática (Mélo, 2021). A principal dificuldade está em passar da escala rural para uma escala mais ampla, na qual as soluções podem ser complementadas com o reuso das águas residuais e dessalinização de água. É necessário priorizar a eficiência da rede de abastecimento de modo a reduzir as elevadas perdas na distribuição, assim como melhorar a eficiência dos sistemas de rega e adaptação de culturas agrícolas.

A construção das cisternas de água para beber e para produção são majoritariamente iniciativas da ASA – Articulação Semiárido com apoio federal. A ASA é uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil e organizada na sequência da participação na Conferência das Partes sobre Mudança Climática das Nações Unidas (COP3), realizada no Recife em 1999. As cisternas rapidamente se consolidaram como tecnologias sociais, proporcionando mais ênfase no debate sobre a convivência com o semiárido. O estoque de água para diversos usos substituiu os potes de barro ou baldes, o que constitui uma mais valia para as famílias, tanto quanto à qualidade da água como dos quantitativos estocados: 16 mil litros de água nas cisternas de consumo e 52 mil nas cisternas de produção. As cisternas contribuem para a ocupação do território, com fortalecimento da agricultura familiar e do papel das mulheres na gestão e governança da água. Desde que o Programa 1 Milhão de Cisternas e os restantes avançaram a ASA construiu mais de 1,2 milhão de cisternas (ASA, 2022).

No decorrer da maior seca dos últimos 100 anos, a seca de 2012 a 2018 (Marengo *et al.*, 2020; Marengo *et al.*, 2022), não se registrou o fenômeno dos retirantes, porém, mantêm-se consideráveis atrasos em políticas de acesso à água e esgotamento sanitário, o mesmo acontece em um leque alargado de políticas que integram a Agenda 2030, que por atraso na concretização o Nordeste se destaca nos indicadores de pobreza e desigualdades sociais².

Nas análises que temos realizados (Ferreira *et al.*, 2022) mostramos o que tem sido feito no sentido de diversificar as respostas ao problema da escassez de água, trazendo igualmente para a discussão a temática da Agenda 2030 e do cumprimento dos ODS 6 – Água e Saneamento para as análises sobre as políticas públicas de saneamento municipal nos estados do Nordeste. Mostramos ser necessário ir para além da ideia de rede e ligação aos domicílios, questionando se essas ligações fornecem água de qualidade e diariamente, assim como a sua interligação com cisternas familiares e o fornecimento de água através do abastecimento rural por carros-pipa. Outra linha de pesquisa emergente leva em conta o atual cenário de mudanças climáticas e a necessidade de planejamento e governança adaptativa dos territórios (Dias; Pessoa; Teixeira, 2023; Marengo 2022).

² Segundo relatório Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS, 2022), relativo ao ano 2021, 39,7% da população do Nordeste estava em situação de pobreza, o equivalente a cerca de 22,8 milhões de pessoas

É necessário fazer mais e com maior eficácia. Os relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) têm alertado para um possível agravamento dos eventos extremos na região, com possível aumento de temperatura e de períodos de seca, repercutindo num aumento de vulnerabilidade social e degradação dos ecossistemas com consequentes impactos socioeconômicos, perda de biodiversidade e de áreas de floresta, resultando num aumento de áreas de desertificação (Pörtner *et al.*, 2022).

MAPA DO SEMIÁRIDO E DA POLÍTICA DAS SECAS

Sem que se sobreponha totalmente surge igualmente na região o mapa do semiárido. Trata-se de um arranjo político do mapa das secas composto por uma vasta área que atualmente integra municípios dos estados do Nordeste, bem como municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Trata-se do semiárido brasileiro mais populoso e infra-estrutura do mundo (Marengo *et al.*, 2020, Marengo *et al.*, 2021), abrangendo, na delimitação de 2017, uma extensão total de 1.182.697 km² com uma população estimada de 27.830.765 habitantes, ocupando cerca 12% do território nacional, espalhado por 1.262 municípios dos nove estados do Nordeste incluindo a parte setentrional do estado de Minas Gerais. A partir de dezembro de 2021 inclui municípios do estado Espírito Santo (SUDENE, 2021).

Apesar de marcado por longos períodos de escassez de água, o semiárido registra uma precipitação média de 800mm, geralmente em regime torrencial, chovendo muito durante um curto período e observando longos períodos de estiagem, agravados pelo alto potencial de evaporação. Esse comportamento justifica a expressão “chove paracima”, podendo dar origem à “seca verde”, resultante de precipitação constante registrando baixos quantitativos, o que permite o esverdear da vegetação, mas sem acumulação de água nos reservatórios (Buriti;Barbosa, 2018; Ferreira, 2020).

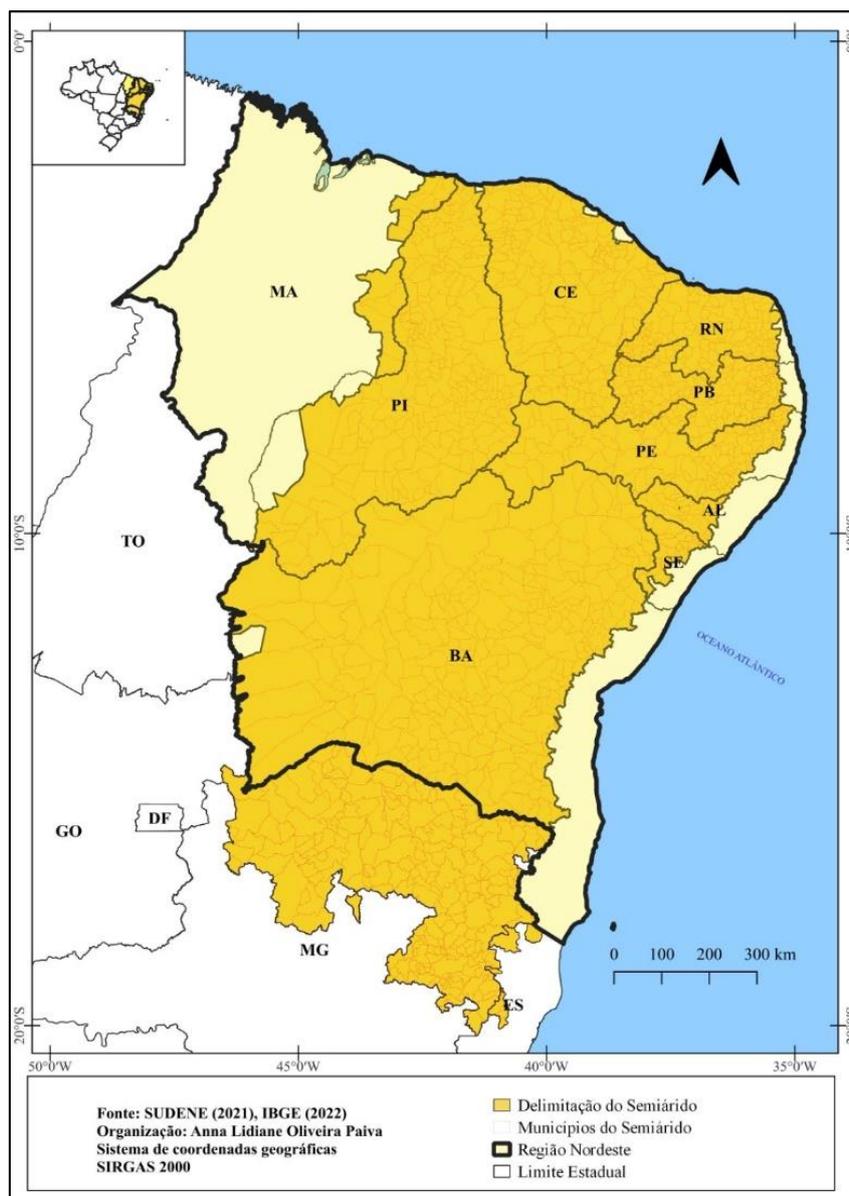
As secas na região ganharam visibilidade a partir do séc. XIX. A Grande Seca de 1877-1879 integrou a primeira crise do capitalismo e globalização (Davis, 2002), colocando o tema na agenda de preocupações do Imperador Pedro II, que visitou a região e iniciou a construção de grandes açudes, reforçando também o envio de comissões científicas para conhecerem o território (Ferreira, 2022b).

Ao se tratar do mapa político das secas, este conhece os primeiros avanços em 1934, quando na presidência de Getúlio Vargas foi introduzida na Constituição Federal uma primeira tentativa de planejar possíveis respostas federais à seca, prevendo o Artigo 177 que a Federação destinasse 4% da receita tributária à resolução do problema e definindo que os municípios afetados gastassem igual percentual da sua receita na assistência econômica à população. O referido artigo foi regulamentado através da Lei nº175, de 7 de janeiro de 1936. A revisão constitucional de 1937 retirou a temática do texto, voltando a ser vista na Constituição Federal de 1946 pelo Artigo 198, que reduziu a três por cento da renda tributária dos municípios a aplicar na resposta à seca (Ferreira, 2020). Ainda em 1946, pelo Decreto - lei nº9857, de 13 de dezembro, a região passa a incluir a área “compreendida entre a margem direita do rio São Francisco desde Barra, no Estado da Bahia, até Pirapora, no Estado de Minas Gerais, a linha Pirapora-Montes Claros e a linha Montes Claros- Amargosa, no Estado da Bahia [...]”. A Lei 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, estabeleceu novos limites ao Polígono das Secas, que passam a ser:

a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas, terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí na fóz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e, seguindo pela margem direita deste, a afluição do Uruçui Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiuva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

A Lei nº 4.763, de 30 de agosto de 1965, inclui no Polígono das Secas o município de Vitória da Conquista, da Bahia, definindo igualmente que todo “município criado com o desdobramento da área de município, incluído total ou parcialmente no Polígono das Secas, será considerado como pertencente a este (...)”. Em 1968, pelo Decreto nº 63.778, de 11 de dezembro, o mapa do Polígono das Secas passou a ser delegado à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tendo sofrido várias alterações a partir dessa data, a última das quais ocorreu em 2021.

Figura 1 - Mapa delimitação do Semiárido 2021



Fonte - Mapa cedido por Anna Lidiane Paiva, UFRN (2023)

O atual mapa do semiárido ainda tem municípios em avaliação pelos órgãos da SUDENE, o que podemos afirmar é que, em 2021, a Resolução CONDEL/SUDENE nº 150, de 13 de dezembro, aprovou a Proposição n. 151/2021 que contabilizou 1.427 municípios com a seguinte distribuição de municípios por estados: Alagoas 38, Bahia, 283, Ceará 171, Espírito Santo 6, Maranhão 16, Minas Gerais 209, Paraíba 188, Pernambuco 137, Piauí 215, Rio Grande do Norte 141 e Sergipe 23. A SUDENE defende-se de entradas e saídas, em particular da inclusão de municípios do estado do Espírito Santo, com a definição dos critérios para integrar o semiárido, entre os quais: a)

precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; b) Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e c) percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60% considerando todos os dias do ano (CONDEL/SUDENE, 2021a).

SERTÃO, COLONIALIDADE E PERTENÇA

Podemos resumir o chamado sertão nos traços culturais de identidade construídos ao longo de séculos e fortemente marcados pela presença das secas e dificuldade de atuação dos órgãos da administração pública. Esse sertão não é apenas a subdivisão apontada ao Nordeste, diz respeito a elementos simbólicos presentes como parte da própria invenção do país (Haudenschild, 2017). A sua construção como lugar preservado de influências externas e do sertanejo como resistente e destemido é apresentada dentro da discussão sobre o regionalismo. O sertão é o resultado de uma cultura híbrida de raças, ritos e lendas indígenas e africanas, da religião católica, da arte, literatura e elementos da gastronomia. O sertanejo é o resultado de um tipo antigo, do português medieval, do tapuia bravo, do tupi litorâneo e do negro cativo, com uma cultura regional enraizada na identidade e história de seu povo (Macêdo, 2015).

Sertão é uma palavra de origem portuguesa que no séc. XVI significaria *desertão* (deserto grande), nome dado pelos portugueses às regiões despovoadas e hispides da África Equatorial e a planícies do interior de Portugal sem comunicação (seria o caso do município da Sertã). Pero Vaz de Caminha na Carta do achamento escreveu duas vezes a palavra *sartaão* com o significado de lugar oculto, ou sem arvoredo, situado longe da costa, podendo ainda surgir com a grafia *certão* (Antônio Filho, 2011; Macêdo, 2015).

Tudo indica que Sertão era a designação que os portugueses davam aos vastos territórios para além das áreas que colonizavam. Na obra "Índice chronologico das navegações viagens, descobrimentos, e conquistas dos portugueses nos países ultramarinos desde o princípio do século XV", publicado pela Imprensa Nacional, em Lisboa, em 1841, é por diversas vezes mencionado o termo sertão referente a territórios da Índia, Senegal, Etiópia e em particular de Angola. Essa alusão não os referia necessariamente como lugares inóspitos, era onde os portugueses não poderiam chegar pelo facto desses territórios pertencerem a outros reinos. Em uma das referências é dito: "Pelos annos de 1619 e 1620 avassallarão os Portuguezes o Rei de Dongo no sertão de

Angola, ficando elletributario Portugal com o reconhecimento de 100 escravos cada anno” (Índice chronologico, 1841, p.200). No caso particular do Brasil eram identificados como territórios os portugueses por vezes se aventuravam, uma vez que não tinham sido desbravados.

A partir do séc. XVIII sertão era o nome dado a todos os territórios do interior do Brasil que se contrapunham ao litoral, e que identifica ao mesmo tempo uma terra desconhecida e ignorada. No séc. XIX, a modernização de outras regiões reduz o sertão à área dos estados do núcleo central do Brasil, confundindo-se muitas vezes com o Nordeste, mas além inclui igualmente os estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A região não se distingue pelo clima ou vegetação, mas pela distância ao mar e por se tratarem de lugares vazios e inóspitos. Refere-se a uma região do interior que não era serra, mas campina, onde não chegava a ação do estado e era dominada pela barbárie e arbitrariedade. E sertanejo era o nome dos habitantes destes espaços distantes, desconhecidos e marcados pela miséria, ou seja, era o homem do interior caracterizado como uma pessoa de hábitos simples e possuidora de uma cultura peculiar (Dantas, Ferreira e Farias, 2018; Cunha, 2016).

Darcy Ribeiro na análise dos modos de ser brasileiro, inclui igualmente o modo de vida e a economia da região. Ao destacar o histórico do povoamento como elemento central, afirma que a região:

Conformou, também, um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo (Ribeiro, 1995: 339).

A literatura de viagens e a literatura regional, assim como a mídia, apresentam historicamente uma narrativa que reforça a transversalidade da seca e a identificação da

região com elementos simbólicos e o seu bioma específico³. Em particular a literatura regional é responsável por consagrar o termo sertão como sinônimo de semiárido e caatinga (Albuquerque Junior, 2011; Ferreira, 2022, 2022b).

Quando em 1838 o naturalista inglês George Gardner visitou Pernambuco descreveu as características dos humanos em matutos (povos do litoral) e sertanejos (do sertão). Registrou que o sertão nada mais era do que o interior do país e apurou que os habitantes chamavam sertão mimoso àquela cuja área se encontrava coberta pela vegetação da caatinga, comum no Ceará e Piauí, e sertão agreste ao território de vegetação diversa, localizado nas zonas centrais e ocidentais (Macêdo, 2015).

José de Alencar ao escrever *Iracema* (1865) utilizou-se das crônicas históricas referentes às primeiras ocupações do território do estado do Ceará, apresentando o sertão como um cenário paradisíaco de onde havia partido a índia virgem de lábios de mel, também cognominada de virgem do sertão e filha do sertão. O autor qualifica positivamente o sertão, caracterizando-o como uma terra fértil e muito habitada por tribos indígenas (Macêdo, 2015).

Com o lançamento do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902), passa a haver uma forte identificação do termo sertão com a paisagem e com o bioma caatinga, também ela um dos elementos da identidade regional. Já o sertanejo passa a ser visto como um herói que sobrevive em condições sociais e naturais inóspitas (Dias, 2020). Para Euclides da Cunha ([1902] 2016: 116): “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. É desgraçoso, desengonçado, torto. Hércüles-Quasimodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos”.

A adaptação humana a condições naturais extremas criou várias narrativas, parte das quais na citada literatura, apresentando esse homem como um herói coletivo intermediado por divindades que se superam, um ser moldado pelo destino, resistente e preservado de influências. Um homem resignado à vontade de Deus quando espera que chova e que ao mesmo tempo olha para o cangaço como definição do herói que o representa face aos grandes senhores da terra (Facó, 1965; Albuquerque Júnior, 2011; Ferreira, 2022a). A religiosidade tanto marca a esperança por um “inverno bom” como

³ O bioma caatinga é característico do semiárido nordestino, mas com diferente cobertura em face dos estados: Alagoas 48%, Bahia 54%, Ceará 100%, Maranhão 1%, Minas gerais 2%, Paraíba 92%, Pernambuco 83%, Piauí 63%, Rio Grande do Norte 95%, Sergipe 49% (IBGE, 2023).

o desalento por um “inverno fraco” caso chova no Dia de São José, com a marca da resignação seguindo a ideia de que “tudo está nas mãos de Deus”. Por sua vez, os profetas da chuva situam-se na fronteira entre a ciência a crença e observação (Finan, 2003; Ferreira, 2020).

A seca tem igualmente sido usada para favorecer a estratégia de dominação das elites, designadamente na captura dos órgãos do Estado através da chamada “indústria da seca”, para obtenção de benefícios privados através de recursos públicos (Callado, 1960; Guimarães Junior, 2016), repercutindo-se no controle de água e terra, do voto e da distribuição de cargos públicos (Leal, 2012; Ferreira, 2020). Segundo Finan (2003), a resposta à seca aproveitou-se do fato do tema pulverizar as preocupações públicas para que se tornasse ao mesmo tempo um discurso e um estratagema para consolidar o poder político e, em muitos casos, acumular riqueza pessoal, mantendo uma economia estagnada no tempo do rural colonial.

Na análise da região, Rui Facó e Djacir Menezes fizeram uso dos conceitos de fanatismo e banditismo buscando uma visão crítica sobre a estrutura social e as desigualdades no acesso a recursos públicos. Rui Facó (1965: 11), em “Cangaceiros e fanáticos” procura dar resposta a questões como: “Por que surgiu o cangaceiro? Por que surgiu o fanático? O que gerou o capanga? O que os fez desaparecer?” Iniciando a discussão a partir das lutas no campo por terra justamente a partir das categorias banditismo e fanatismo, questionando se seriam criminosos esses milhares de pobres do sertão que se rebelavam. Concluindo que o seu papel nada tinha de criminoso, “eram uma componente natural do nosso processo evolutivo, a denúncia do nosso próprio retardamento nacional, o protesto contra uma ordem de coisas ultrapassada e que deveria desaparecer” (Facó, 1965: 16).

Os inúmeros surtos de “fanatismo” e cangaceirismo tiveram entre as causas o monopólio da terra, cujas origens remontam aos tempos coloniais. Para Facó (1965), o monopólio da terra, de economia exportadora baseada na escravatura, impediu a modernização da agricultura e travou o avanço cultural das comunidades, ao isolar as populações rurais na hinterlândia a que chamamos sertão, onde a generalização do analfabetismo e desconhecimento do mundo exterior impediu o desenvolvimento. Explicando que a única forma de consciência do mundo era dada pela religião ou por seitas nascidas nas próprias comunidades rurais. A situação se agrava na segunda

metade do séc. XIX quando o centro econômico do país passou para o Sul, aumentando o isolamento das comunidades interioranas do Nordeste.

Djacir Menezes em “O outro Nordeste”, publicado originalmente em 1937, considera que “A seca é um fenômeno sociológico mais que meteorológico”, repercutindo-se “no meio humano com tanto mais força quanto mais densas as relações humanas” (Menezes, 1970: 185). O autor denuncia o fato de os políticos vinculados ao meio rural serem informados previamente dos projetos de irrigação e tomarem para si as terras beneficiadas pelas açudagens (Menezes, 1970: 186).

A mesma denúncia foi feita em 1960 por Antônio Callado ao falar da “indústria da seca”, esclarecendo que se trata da “teia de interesses criados que envolvem uma tradicional calamidade brasileira. Mas é uma indústria disfarçada e indefinida” e que se tem reforçado desde que foi criada a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e, principalmente, desde que os grandes trabalhos de açudagem transformaram a Inspeção no DNOCS, momento a partir do qual “o Nordeste assiste à mais fantástica e injusta das loterias do mundo. Aquele cujas terras ficarem na área inundável perde tudo. Aquele cujas terras ficarem na área irrigável dos açudes enriquece do dia para a noite”, sendo que “os irrigados arranjam quem trabalhe para eles na terra subitamente fértil e supervalorizada... e mudam-se para a cidade” (Callado, 1960: 5-7).

O debate sobre indústria da seca se entrelaça com o debate sobre coronelismo, mandonismo e clientelismo na América Latina trazido por Leal (2012), ao apresentar práticas que definem as formas de relação das elites com os governos. Sobre os conceitos. Carvalho (1998) define coronelismo como um sistema político nacional baseado em barganhas entre o governo e os coronéis, em que o “governo estadual garante, para baixo, poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos”. Enquanto isso, o mandonismo é uma característica do coronelismo ligada ao poder local, onde o senhor era mandatário quase absoluto de suas terras. E o clientelismo baseia-se nas relações entre atores políticos, envolvendo a concessão de benefícios públicos em troca de apoio político, sobretudo, de voto.

Josué de Castro (1984) em “Geografia da fome”, obra originalmente publicada em 1952, analisou o Nordeste a partir das formas dominantes da exploração fundiária e da exploração da mão de obra sertaneja. A sua leitura permite igualmente concluir que

os problemas do Nordeste não se reduziam à seca em si, porém, as dificuldades no enfrentamento da seca resultavam no conformismo e inércia das populações.

Celso Furtado faz uma análise semelhante ao considerar que a seca não era apenas uma questão climática e que o principal problema era a divisão da propriedade fundiária, a organização econômica e a formação histórico-política (Furtado,2005). Furtado chama a atenção para o fato de os períodos de prosperidade contribuírem para criar um desequilíbrio estrutural na economia de subsistência com efeito desfavorável devido as comunidades ficarem menos resilientes às crises, o que facilitaria a emigração para outras regiões do país. Como consequência, a concentração de miséria não gera benefícios às elites regionais, na medida em que resulta na perda de mão de obra para outras regiões, com estagnação da economia em favor da economia mundial associada à produção de borracha da Amazônia e à da produção de café do estado de São Paulo (Ferreira, Paiva e Mélo, 2020).

O Quadro 1 faz uma síntese da abrangência, características e elementos do planejamento e economia de cada uma das designações. Podemos afirmar como síntese que Nordeste diz respeito ao mapa estatísticos e regional do Nordeste, o semiárido ao mapa político das secas e o sertão ao mapa da identidade cultural dos territórios.

Quadro 1 - Principais características do Nordeste, semiárido e sertão

TERRITÓRIOS	NORDESTE	SEMIÁRIDO	SERTÃO
Abrangência	- Região do Brasil definida a partir de 1941. - Integra os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.	- Mapa político das secas, constituído por municípios dos 9 estados Nordeste e municípios de Minas Gerais e Espírito Santo.	- Nordeste interior. - Território interior onde outrora não chegava a ação da administração pública.
Características	- Ocorrência de secas e inundações. - Perímetros irrigados de fruticultura. - Nordeste litoral/o outro Nordeste. - Persistência de desigualdades.	- Território das secas e das frentes de trabalho. - Território dos retirantes e indústria da seca. - Território de morte e perda de bens. - Seca vs sangramento de barragens.	- Parentela/coronéis, cangaço e messianismo. - Sertanejo como resistente. - Elementos de identidade vs clima – cordel, romance e música.
Planejamento e economia	- Disputas pela promoção do desenvolvimento - Território do algodão, do gado, algodão, sal e mineração. - Território das eólicas.	- Extensa rede de adutoras e açudes - Área de atuação da SUDENE. - Convivência com o semiárido.	- Economia solidária e tradicional. - Gênero água e governança. - Festas religiosas e turismo.

Fonte - Organização Autores (2023)

CONCLUSÕES

Nordeste, semiárido e sertão são praticamente usados como sinônimos, no entanto, referem-se a dimensões político-administrativas, sociais e simbólicas distintas. A seca histórica que afeta a região é o traço que liga as diferentes dimensões, afetando as populações tanto pelo uso social nos processos de dominação quanto pelo seu efetivo efeito climático e pela forma como determina as práticas e as identidades. A leitura dos territórios permite identificar sobreposições, mas também possíveis entraves à identificação e resolução dos problemas.

A herança cultural e política é experiência acumulada na aplicação de tecnologias tradicionais e as políticas transversais de convivência com a seca apresentam-se como importantes contribuições à aprendizagem social no enfrentamento da crise climática, porém, é necessário planejar e em face dos territórios no sentido amplo. No entanto, a mesma herança é igualmente sinônimo de bloqueios na aplicação das políticas, bem como a questões sobre transparência e justificativa de prioridades e encaminhamentos. Só uma abordagem participativa, transparente, capaz de gerar compromisso e diálogo de saberes é capaz de inverter os processos de vulnerabilização social e ambiental do Nordeste.

Durante décadas a resposta à seca não resolveu o problema da vulnerabilidade das comunidades e favoreceu a chamada indústria da seca, ou seja, a elite latifundiária com capacidade de influência sobre as políticas federais e estaduais. Esse favorecimento resultou na concentração e controle do acesso à terra e água. Ainda que persistam problemas de gestão para resolver (Guimarães Junior, 2016), a infraestruturação não terminou, resultando na transposição do São Francisco, na construção de barragens e na rede de adutoras. As políticas de abastecimento de água e esgotamento sanitário perdem visibilidade perante promessas de que obras hídricas de grande dimensão vão trazer desenvolvimento à região.

O fortalecimento da temática da seca no semiárido nordestino na agenda climática coloca a discussão sobre as políticas públicas num plano mais alargado, retirando o exclusivo às perspectivas meramente técnicas e ao curso histórico dos acontecimentos. Esse fato já se vinha verificando à medida que se passou da resposta à seca para a convivência com o semiárido e, gradativamente, com políticas igualmente preocupadas com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A partir da agenda climática global as cidades e territórios do semiárido ganham relevo em

um quadro mais amplo de intervenção, reforçando a responsabilidade do estado brasileiro e dos entes da federação. A participação de organizações da sociedade civil preocupadas com a justiça hídrica e soberania alimentar ampliou a sua ação na discussão climática, marcando a região através de tecnologias sociais e recuperação da identidade popular rural.

Na prática, as políticas voltadas para o semiárido são resultado da experiência acumulada que ajudará a dar resposta a eventos extremos, mas isoladas mostram-se insuficientes. Todavia, esse fato não será suficiente para preparar a região para o novo ciclo climático. À impreparação das cidades brasileiras no enfrentamento da crise climática e a maior vulnerabilidade das cidades do semiárido (Dias; Pessoa; Teixeira, 2023), as políticas públicas continuam voltadas essencialmente para o contexto rural e para comunidades de menor dimensão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A terra e o homem no Nordeste**. Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Manuel Correia. **O Nordeste e a questão regional**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra sertão: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**, 15, 2011, p. 84-87.

ASA. Articulação Semiárido Brasileiro, 2022. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>> Acesso em: 16 maio 2022.

BURITI, Catarina de Oliveira; BARBOSA, Humberto Alves. **Um século de secas: por que as políticas hídricas não transformaram o Semiárido brasileiro?** São Paulo: Chiado Books, 2018.

CALLADO, Antônio. **Industriais da Seca e os "Galileus" de Pernambuco**: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. “Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de ofício em obras de socorro público (1877-1919)”, **Mundos do Trabalho**, 3 (6), 2011, p.176-193.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In José Murilo de Carvalho. **Pontos e bordados**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço. 10ª Ed., Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CONDEL/SUDENE. Resolução CONDEL/SUDENE nº 150, de 13 de dezembro de 2021. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Conselho Deliberativo. Diário Oficial da União, 2021ab. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/1-resolucao-condel-sudene-150-2021.pdf>.> Acesso em: 28 ago. 2023.

CONDEL/SUDENE. Proposição nº 151/202, de 6 de dezembro de 2021. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo, 2021b. Disponível em:<<https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/10proposicao1512021nv.pdf>.> Acesso em: 28 ago. 2023.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1902] 2016.

DANTAS, George Alexandre Ferreira; FERREIRA, Angela Lúcia; FARIAS, Hélio Takashi Maciel de. Adentrando os sertões: palavras, limites e territórios (das secas). In Angela Lúcia Ferreira, George Alexandre Ferreira Dantas, Yuri Simonini (Org.). **Contra as secas: técnica, natureza e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital/INCT/Observatório das Metrópoles, 2018, p.33-53.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

DIAS, Paula Regina Pereira dos Santos Marques. O SERTÃO E O SERTANEJO: um Brasil de vários sertões. **Revista Científica Novas Configurações–Diálogos Plurais**, 1 (1), 2020, p.4-11.

DIAS, Eric Mateus Soares; PESSOA, Zoraide Souza; TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. Governança adaptativa e segurança hídrica em contexto de mudanças climáticas no semiárido, **Mercator**, 21, 2023, p.1-11.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

FERREIRA, José Gomes. O Social e o político no histórico da seca no semiárido do nordeste do Brasil. In Winifred Knox (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento no RN: povos de rio, de mar e da terra**. Mossoró: EDUERN, 2020, p.31-57.

FERREIRA, José Gomes. Territorialidade e identidade nordestina. In Breno da Silva Carvalho *et al.*, **Territórios de identidade e políticas públicas**. Perspectivas teóricas, relatos e experiências no enfrentamento da Covid-19 com comunidades e movimentos sociais. Mossoró: Edições UERN/Áporo Editorial, 2022a, p.18-24.

FERREIRA, José Gomes. Necropolítica na resposta às primeiras catástrofes climáticas do capitalismo. **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 40, n. 2, 2022b, p.221-243.

FERREIRA, José Gomes; PAIVA, Anna Lidiane Oliveira; MÉLO, Anastácia Brandão de. Representações dos retirantes das secas do Semiárido nordestino. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 55, 2020, p.9-27.

FERREIRA, José Gomes; GOMES; Matheus Fortunato Barbosa; FIGUEREDO; Elayne de Silva; XAVIER; Juliana de Souza Xavier. Água, semiárido e sustentabilidade: aplicando o ODS 6 aos municípios do Rio Grande do Norte. **MIX Sustentável**, 9 (2), 2023, p.75-90.

FINAN, Timothy J. Climate science and the policy of drought mitigation in Ceará, Northeast Brazil. In Sarah Strauss; Ben Orlove (Ed.). **Weather, climate, culture**. Oxford: Berg. 2003, p. 203-216.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global Editora, [1937] 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed^a, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. O Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, Fortaleza, 1981.

GUIMARÃES JUNIOR, João Abner. Reforma hídrica do Nordeste como alternativa à transposição do rio São Francisco. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, 227, 2016, 80-88.

INDICE CHRONOLOGICO das navegações viagens, descobrimentos, e conquistas dos portugueses nos paizes ultramarinos desde o princípio do século XV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841.

HAUDENSCHILD, André Rocha Leite. ‘O sertão vai virar mar’, a reinvenção do sertão na poética da Música Popular Brasileira (1960-1970). **Contexto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES**, 31, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese**. Território, 2023. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>> Acesso em: 10 set. 2023.

IMDS. **Atualização dos resultados de pobreza 2021**. PNADC. Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/doc/Imds_apresentacao_pobreza_2021_24-06-2022.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

JACOBI, Pedro Roberto; SOUZA, Daniele Tubino de. Environmental governance and social learning: towards more reflexive interactions. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 58, 2021, 932-946.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7 Ed^a, Editora Companhia das Letras, [1975] 2012.

MACÊDO, Heitor Feitosa. **Sertões do Nordeste**: Inhamuns e Cariris Novos. Volume I. Crato: A Província Edições, 2015.

MACEDO, Hypérides Pereira de. Uma nova agenda para o semiárido do Nordeste 14. In **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste, BNDES, 2014, 389-418.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. Agenciamento e ações em massa de retirantes nas províncias do norte do Império-1877 e 1889. **Em Perspectiva Revista do PPGH/UFC**, 6 (2), 2020, 144-153.

MARENGO, Jose A. *et al.* Assessing drought in the drylands of northeast Brazil under regional warming exceeding 4 °C. **Natural Hazards**, 103, 2020, p.2589-2611.

MARENGO, Jose A. *et al.* Drought in Northeast Brazil: A review of agricultural and policy adaptation options for food security. **Climate Resilience and Sustainability**, 1(1), 2022, e17.

MELO, Mário Lacerda de. Bases geográficas dos problemas do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, 24.4, 1962, p.503-542.

MÉLO, Anastácia Brandão de. **Práticas tradicionais de adaptação às secas no semiárido brasileiro**: o caso do município de Triunfo, Pernambuco. Tese de Doutorado em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2022.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da "civilização do couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2ª ed., Rio de Janeiro. Editora Artenova, ([1937]1970).

MILLNER, Antony; OLLIVIER, Hélène. Beliefs, politics, and environmental policy. **Review of Environmental Economics and Policy**, 10 (2), 2016, p.226-244.

PÖRTNER, Hans-Otto *et al.* (Ed.) **Climate Change 2022**: Impacts, Adaptation and Vulnerability Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022. Disponível em: <https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf.> Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

SILVA FILHO, Leonides Alves da. **Sudene 50 anos**: uma abordagem política, institucional e administrativa. Recife: Comunigraf Editora, 2009.

SUDENE. **Delimitação do semiárido – 2021**. Relatório final. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiariadorelatorionv.pdf>.> Acesso em: 10 set. 2023.

TRICART, J. Divisão morfoclimática do Brasil Atlântico central. **Boletim Paulista de Geografia**, nº31, março 1959, p.3-44.

TRICART, Jean. As zonas morfoclimáticas do nordeste brasileiro. **William Morris Davis - Revista de Geomorfologia**, v. 2, n. 2, 30 de setembro de 2021 [1959],p. 1-8.

Artigo recebido em: 13 de setembro de 2023.

Artigo aceito em: 29 de março de 2024.

Artigo publicado em: 04 de maio de 2024.